

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.364.826 - MT (2018/0240535-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : CARLOS ALBERTO CAPELETTI
AGRAVANTE : ELIZEU FRANCISCO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : LUIZ UMBERTO EICKHOFF
AGRAVANTE : DANIELLE BAUMEL EICKHOFF
ADVOGADOS : ALEANDRA FRANCISCA DE SOUZA - MT006249
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO - MT007348
MARCELO PEREIRA DE LUCENA - MT016528
AGRAVADO : ADM DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : EDIR BRAGA JÚNIOR - MT004735

DECISÃO

Trata-se de agravo de CARLOS ALBERTO CAPELETTI e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim ementado:

"APELAÇÃO - AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA - REUNIÃO DE PROCESSOS PARA JULGAMENTO CONJUNTO DESNECESSIDADE - AUSÊNCIA DE CONEXÃO OU RISCO DE DECISÕES CONFLITANTES - PRELIMINAR REJEITADA - CÉDULA DE PRODUTO 'RURAL' - PRAZO PRESCRICIONAL - TRÊS ANOS - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - NÃO CONFIGURAÇÃO - SENTENÇA DESCONSTITUÍDA - RECURSO PROVIDO.

A reunião de processos para julgamento conjunto é necessária se há conexão, que ocorre quando duas ou mais Ações possuem em comum o pedido ou a causa de pedir, ou quando há risco de prolação de decisões conflitantes.

É de três anos o prazo prescricional da Cédula de Produto Rural (art. 70 da Lei Uniforme de Genebra - Decreto n. 57.663/66).

A prescrição intercorrente se manifesta quando o autor permanece inerte por prazo idêntico ao da prescrição do direito material buscado." (e-STJ fls. 305/306)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação dos arts. 489, § 1º, IV e VI, 1.022, I e II, do CPC/2015, sustentando, em síntese, que: 1) "(...) o Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso incorreu em contradição, pois primeiro

afirma que a Apelante/Recorrida não deu andamento eficaz à lide, mas que tal fato não enseja a prescrição intercorrente, porém, em outra oportunidade, afirma que poderá ser reconhecida a prescrição caso a Apelante/Recorrida não dê efetivo andamento à demanda" (e-STJ fl. 362); 2) "Ora, se o Tribunal a quo entende que, a prescrição intercorrente se dá quando não se tem efetivo andamento por culpa exclusiva do Exequente, com a devida vênia, pelos motivos acima aduzidos, não deveria ter desconstituído a sentença, mas sim mantida por seus próprios fundamentos" (e-STJ fl. 363).

É o relatório. Decido.

Não prospera a alegada ofensa aos arts. 489 e 1.022, do CPC/2015, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

Sobre os pontos tidos por contraditório e omissos, assim decidiu a Corte de origem no julgamento proferido em sede de embargos de declaração (e-STJ fls. 338/340):

"O decisum recorrido rejeitou a preliminar de conexão e desconstituuiu a sentença que declarou a prescrição intercorrente e determinou o retorno dos autos ao Juízo de origem para regular prosseguimento.

Os embargantes aduzem que o aresto foi contraditório ao consignar primeiro que não ocorreu a prescrição intercorrente pois, embora o autor não tenha dado andamento eficaz ao processo, também não ficou inerte, e no entanto depois registrar que a prescrição poderá ser reconhecida caso ele (autor) não dê "efetivo andamento à demanda".

Conforme constou no acórdão embargado, a prescrição intercorrente se configura quando o exequente se mantém inerte por prazo equivalente ao prescricional do direito material buscado, e quando o processo está suspenso por ausência de bens a penhorar esse prazo não corre.

Nestes autos, apesar de o embargado não ter dado seguimento eficaz à lide, ele não ficou inerte por prazo equivalente ao prescricional, e portanto não se operou a prescrição intercorrente. E a frase contida no final do aresto, de que a prescrição poderá ser reconhecida caso ele (autor) não dê "efetivo andamento à demanda" significa que, não obstante tenha sido afastada no decisum, poderá ser reconhecida posteriormente se o embargado se mantiver paralisado por esse período. Foi, portanto, uma ressalva ao autor e por isso não há contradição.

Os embargantes apontam também omissão em relação à jurisprudência colacionada nas contrarrazões, pois seria em sentido oposto ao que foi decidido.

Contudo, a questão foi devidamente fundamentada, sendo analisados todos os pontos arguidos pelas partes, não havendo necessidade de o magistrado se pronunciar sobre cada um dos precedentes por eles citados, sobretudo porque servem para embasar os argumentos trazidos, os quais, como dito, foram devidamente rechaçados.

No mais, insurgem-se contra o mérito do aresto, e pedem a atribuição de efeitos infringentes a estes Embargos para que seja declarada a prescrição intercorrente.

Na realidade, está claro o propósito dos embargantes de rediscussão do mérito visto que o julgamento não lhes foi favorável. Porém esta via não é adequada para esse fim."

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte, conforme os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. CELSO LIMONGI (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

O entendimento deste Sodalício, outrossim, firmou-se no sentido de que *"Não há violação do art. 489 do CPC/15 (art. 458 do antigo CPC) quando, rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame é devidamente enfrentada pelo Tribunal a quo, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente."* (AgInt no AREsp 1068255/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 09/08/2017)

Na mesma direção:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. PÓS-QUESTIONAMENTO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação dos arts. 489 e 1.022 do Código de

Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

2. A pretensão de ver analisados argumentos não veiculados anteriormente, mas trazidos somente com a oposição de embargos de declaração, não configura prequestionamento, e sim pós-questionamento. Por essa razão, a ausência de manifestação do Tribunal sobre a questão não implica violação ao disposto nos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. O Tribunal de origem consigna a inexistência do dever de indenizar, pois o recorrente não comprovou a utilização da área arrendada à recorrida para pecuária, em desacordo com o que foi pactuado entre as partes. Além disso, o recorrido desocupou o bem arrendado no mês seguinte ao desfecho da ação de despejo, e efetuou a devida contrapartida pecuniária pelos anos de posse durante o trâmite da ação. A reforma do aresto, nestes aspectos, demanda inegável necessidade de reexame de matéria probatória, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1032480/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 09/08/2017)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE TELEFONIA MÓVEL. PRESCRIÇÃO. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. . MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há que falar em violação do art. 535 Código de Processo Civil/73 e art.1022 do Novo Código de Processo Civil. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. No presente caso, constato que o acolhimento da pretensão recursal, por qualquer das alíneas do permissivo constitucional, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

3. O entendimento da Corte estadual encontra-se em harmonia

com a jurisprudência consolidada neste Sodalício, no sentido de que considerar possível em exceção de pré-executividade a arguição de prescrição do título executivo . Precedentes.

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 982.508/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 17/03/2017)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. De acordo com o entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte Superior, não há violação do art. 535 do CPC/1973 nos casos em que o acórdão recorrido resolve com coerência e clareza os pontos controvertidos que foram postos à apreciação da Corte de origem, examinando as questões cruciais ao resultado do julgamento.

2. "Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1001737/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 21/02/2017)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182 DO STJ. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO. INSATISFAÇÃO COM O DESLINDE DA CAUSA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. PRONUNCIAMENTO. INADMISSIBILIDADE.

1. Depreende-se dos autos que o ponto da controvérsia está na insatisfação com o deslinde da causa. O acórdão embargado encontra-se suficientemente discutido, fundamentado e de acordo com a jurisprudência desta Corte, não ensejando, assim, o seu acolhimento.

2. É evidente a pretensão infringente buscada pelo embargante,

com a oposição destes embargos declaratórios, uma vez que pretende ver alterada a decisão que não conheceu do agravo em recurso especial, por incidência da Súmula 182/STJ.

3. Na verdade, a questão não foi decidida conforme objetivava o embargante, uma vez que foi aplicado entendimento diverso. É sabido que o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu.

4. Não cabe ao STJ examinar, na via especial, ainda que a título de prequestionamento, eventual violação de dispositivo constitucional, por ser de competência reservada pela Constituição da República ao Supremo Tribunal Federal. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no AREsp n. 574.317/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 10/3/2015, DJe 13/3/2015)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator